
PROJETO

**UM OUTRO NORDESTE:
O ALGODÃO
NA ECONOMIA DO
RIO GRANDE DO NORTE
(1.900-1.915)**

DENISE MONTEIRO TAKEYA

1. O tema-problema

A economia brasileira na República Velha, como objeto da produção historiográfica, apresenta-se inserida tanto em análises mais abrangentes que extravasam 1889-1930, como nas que se referem ao seu próprio período (1).

Tais análises, a grosso modo, centralizam-se em duas temáticas básicas.

A primeira é a das relações da economia brasileira com a economia mundial. O comércio exterior, as finanças e os investimentos estrangeiros são os principais pontos enfocados; é uma análise voltada, por assim dizer, para fora. Ao nível teórico, a justificativa está no fato de que a economia brasileira é uma economia de exportação, fundada pela expansão do capitalismo mercantil europeu e sua evolução é vista dentro do contexto do capitalismo em escala mundial.

A segunda temática diz respeito ao binômio cafeicultura-industrialização, mais atenta portanto às transformações estruturais internas que ocorrem especialmente em São Paulo, embora não perca de vista a permanência da condição periférica da economia brasileira como um todo.

Pensado o problema em termos espaciais, ou melhor ainda, em termos regionais, o que se verifica é que a predominância dessas duas temáticas, especialmente da segunda, torna o Sudeste uma região privilegiada pela produção historiográfica sobre a economia na República Velha.

Pouco ou quase nada escreve-se sobre a situação econômica das outras regiões no mesmo período. Existe aí uma grande lacuna em

nossa produção historiográfica.

O Nordeste, que especialmente nos interessa, quando se faz presente, revela a persistência de um enfoque - o que passa pela unidade produtiva dos engenhos e usinas, (2). É o Nordeste do açúcar. O Nordeste fundamentalmente da Zona da Mata, área que representa uma porcentagem mínima de todo o espaço nordestino (menos de 18,2%).

O que ocorria então com o "outro nordeste", do Nordeste algodoeiro-pecuário de que falava Djaçyr Menezes? (3)

Observamos que a produção historiográfica sobre a economia brasileira na República Velha não só privilegia o Sudeste como "locus" da análise, como ainda, em se tratando do Nordeste, restringe-se, às vezes saudosisticamente, àquela produção agrícola e estrutura agrária que representou sua época áurea, de sobreposição econômica às demais regiões.

Foi a partir dessas reflexões que nos decidimos a pesquisar o "outro nordeste". Nossa atenção voltou-se assim para a cotonicultura elegendo-se o Rio Grande do Norte como a região da análise.

O desenvolvimento da pesquisa revelou, no período 1889-1930, a gradativa importância que vai ganhando o algodão na produção do estado, sobrepondo-se à cana-de-açúcar, e uma expansão econômica através de mudanças que ocorrem ao nível da produção, comercialização e financiamento, o que vai significar em última instância a dinamização do próprio setor primário-exportador.

A compreensão do processo em curso só foi possível à medida em que passamos a atentar para o que estava ocorrendo ao nível das re-

lações de mercado da economia do Rio Grande do Norte.

Desta forma, percebemos que o progresso da cotonicultura dava-se paralelamente ao desenvolvimento da indústria têxtil algodoeira nacional, concentrada sobretudo no Rio de Janeiro, Distrito Federal e São Paulo.

Desalojado gradualmente de sua posição no mercado mundial, pela concorrência de outros produtores no último quartel do século XIX, o algodão brasileiro produzido principalmente no Nordeste, vê abrir-se diante de si a possibilidade de colocação no mercado interno, isto é, a possibilidade de abastecer a indústria têxtil algodoeira então em expansão no sudeste do país.

Esse processo de reorientação de mercado é referido por diferentes autores.

Caio Prado Jr., tratando da perda da posição no mercado mundial pelo algodão brasileiro, afirma que "Depois da decadência dessa produção, que descrevemos anteriormente, quando o Brasil se viu praticamente excluído dos mercados internacionais, manteve-se apenas uma pequena produção para o consumo da modesta indústria têxtil indígena. No presente século, contudo, precisamente a partir de 1934, aparece de novo entre os grandes fornecedores mundiais" ... "Outro fator favorável à industrialização brasileira será a produção local de uma matéria-prima de grande importância para ela: o algodão". (4)

Para Stanley Stein Jr. "Enquanto projetos, máquinas, administradores e trabalhadores especializam-se para a indústria têxtil do algodão vinham da Inglaterra, do continente europeu e dos Estados

Unidos, havia um elemento autenticamente nacional no desenvolvimento inicial da produção em larga escala no Brasil: o algodão" ... "Não fossem os plantadores de algodão, pequenos e grandes do interior do Nordeste e em menor medida, do interior de São Paulo, a indústria têxtil teria sido, por muito mais tempo, mais um sonho de visionários" ... "as fábricas de tecidos estimulavam a agricultura ao consumirem o algodão bruto cultivado no próprio país". (5).

Edgar Carone, referindo-se às condições da industrialização na República Velha, coloca que "a produção do algodão é abundante e espalha-se por diferentes zonas geográficas, permite maior desenvolvimento da indústria algodoeira". (6)

Para Wilson Cano, "Já no final do século XIX, a indústria têxtil brasileira, consumia cerca de 60% do algodão produzido no país e sua acelerada expansão entre 1900-1920 faria com que o algodão nordestino passasse agora a ter no mercado interno a fonte para a sua expansão" (7)

Desta forma, observamos que a problemática das relações entre a cotonicultura nordestina e a indústria têxtil nacional nas duas primeiras décadas do século XX é colocada, de modo geral, a partir de uma visão unilateral, ou seja, do ponto de vista dessa indústria lizção. Aparece mencionada nos diferentes autores apenas como um fator a ela favorável.

Exceção deve ser feita a Paul Singer (8). O autor analisa o processo de desenvolvimento econômico sob a ótica da evolução urbana, centrando o trabalho sobre cinco cidades-polo regionais, observando seu crescimento particularizado e as transformações que vão so

frendo em suas relações. Referindo-se ao desenvolvimento de Recife (Nordeste), diz ele: "Tudo isso mostra como, nas primeiras décadas deste século, o Nordeste se desvinculava, pouco a pouco, duma divisão de trabalho internacional, na qual se mantivera durante 3 séculos, para se inserir paulatinamente numa divisão de trabalho nacional. Esta mudança nas relações da economia nordestina com o exterior pode parecer, à primeira vista, pouco importante. De um lado, a economia nordestina parece ter lucrado, pois passou a contar com um mercado certo, já que as barreiras alfandegárias excluam com petidores externos. Por outro lado, ficava reservado, aparentemente, ao Nordeste, o mesmo papel que lhe coube na divisão internacional de trabalho: o de fornecer alimentos e matérias-primas. Com o agravante, porém, de estar restrito a um mercado muito menos dinâmico que o internacional" (9).

Mas acreditamos que é a partir da categoria "Divisão Inter-Regional do Trabalho" lançada por Francisco de Oliveira que se torna possível avançar mais no conhecimento das relações Nordeste-Sudeste, num período em que do ponto de vista econômico não se poderia falar ainda numa "nação" já consolidada. Tal categoria permite que a preocupação analítica centre-se ao nível do que ocorria internamente aos estados produtores de algodão - no nosso caso, o Rio Grande do Norte (10).

A emergência e afirmação de um polo dinâmico, representado pela industrialização da região Sudeste, originando a formação de um núcleo capitalista interno, molda as relações inter-regionais no país nesse período. Instalam-se relações do tipo campo-cidade, pela divisão de trabalho entre a agricultura e a industrialização

urbana.

Aceitando e adotando a categoria "Divisão Inter-Regional do Trabalho", dela fazemos, contudo, uma aplicação histórica divergente daquela do autor.

Para Francisco de Oliveira é só após a segunda guerra mundial, com o surto de industrialização do Sudeste, que se dá o processo de "substituição de uma economia nacional formada por várias economias regionais, por uma economia nacional localizada em várias partes do território nacional. Isto significa que é o crescimento industrial da região Sudeste que está formando ou reformando a distribuição espacial das atividades econômicas no território do país. A diferença é fundamental em relação à situação anterior, em que as ligações externas, para fora do país, determinavam a localização das atividades sem mediação ou com uma escassa mediação por parte de algum setor propriamente nacional" (11).

Ao contrário da posição do autor, entendemos que as primeiras décadas do século XX, e não o período pós-segunda guerra, marcam o início desse processo por ele mesmo descrito.

Diz ele, "Durante boa parte do século, num período de tempo não abrangido nesta análise, a expansão econômica da região sudeste parecia não afetar nem positiva nem negativamente a economia da região nordeste, particularmente no que se refere às relações entre ambos os setores industriais" (12).

Para o autor as economias regionais nesse período se igualavam pelo fato de serem todas voltadas para a exportação de produtos primários. Uma prova disso seria o fato de que a indústria têx-

til "desenvolveu-se quase simultaneamente nas principais regiões do país, e tinha quase a mesma participação na estrutura industrial; operava para um mercado regional, basicamente". (13)

Ora, a expansão econômica que se verifica no Rio Grande do Norte nos primeiros quinze anos do século XX é uma expansão gerada pela e para a agro-exportação. Surge exatamente como fruto do processo de inserção desse estado na Divisão Inter-Regional do Trabalho, o que se dá fundamentalmente pelo fornecimento de algodão à indústria têxtil do Sudeste.

Esse processo reafirma a economia norte-rio grandense como agro-exportadora e é por ela afirmado.

É dentro deste quadro inclusivo que deve ser vista a ingerência dos interesses do capital internacional nesse período na economia do estado, atuando principalmente ao nível da comercialização e do financiamento da agro-exportação.

Tomando portanto como referencial teórico o trabalho de Francisco de Oliveira nosso objetivo ao desenvolver a pesquisa será como se deu a integração do Rio Grande do Norte à Divisão Inter-Regional do Trabalho, privilegiando as transformações internas decorrentes dessa integração.

Pretendemos, dessa forma, contribuir para a historiografia brasileira na medida mesmo em que tentamos contribuir para preencher uma lacuna existente nessa historiografia e que diz respeito às relações inter-regionais no Brasil.

2. O corte cronológico

O período sobre o qual se cen

tra a pesquisa é aquele compreendido entre os anos de 1900-1915 e que caracteriza o primeiro "impulso" gerado pela articulação do Rio Grande do Norte com o polo dinâmico do país.

É a partir de 1900 que tem lugar as primeiras manifestações de que o setor agro-exportador está se expandindo, situação essa que perdura até os anos 1914-1915.

Tem início então uma conjuntura desfavorável à cotonicultura nordestina: a devastação causada pela praga da "lagarta rosada" são somados os efeitos da grande seca de 1915. Novos fatores em jogo a partir desse período como a eclosão da primeira guerra mundial; o aumento dos preços do algodão a partir de 1917, que se mantém altos por toda a década de vinte; o crescimento da produção paulista de algodão cuja safra em 1918-19 superou as dos demais estados produtores, permitindo que São Paulo retomasse pela primeira vez desde a década de 1870 a exportação para o exterior, situação que está na base da tendência ao autoabastecimento da indústria têxtil paulista, concretizada pós-30; to dos esses novos fatores vão configurar um quadro diverso ao nível da economia do Rio Grande do Norte que foge ao interesse imediato da nossa pesquisa.



NOTAS

- (1) PRADO JR., Caio: "História Econômica do Brasil", Ed. Brasiliense, 1963, 8a. edição;
- CARDOSO DE MELLO, J. M.: "O capitalismo tardio"
- VILLELA, A. e SUZIGAN, W.: "Política de governo e crescimento da economia brasileira (1889-1945)", Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973;
- CARONE, E.: "A República Velha I (Instituições e Classes Sociais)", São Paulo, DIFEL, 1978;
- FAUSTO, B. (coord.): "História Geral da Civilização Brasileira", Tomo III: O Brasil Republicano, 10 vol. Estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo, DIFEL, 4a. edição;
- CANO, W.: "Raízes da concentração industrial em São Paulo", São Paulo, DIFEL, 1977;
- WARREN DEAN: "A industrialização de São Paulo", São Paulo, Difusão Europeia do Livro-EDUSP, 1971;
- SILVA, Sergio: "Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil", São Paulo, Alfa-Omega, 1976;
- STEIN JR, S.: "Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850/1950", Rio de Janeiro, Campus, 1979;
- (2) REIS DE QUEIROZ, S. R.: "Historiografia do Nordeste". Secretaria da Cultura. Divisão de Arquivo do Estado. Coleção Monografias 2, São Paulo, 1979;
- VILELA LUZ, N.: "A História Econômica do Brasil no período 1830 a 1930: abordagens e problemas, um ensaio bibliográfico". in: PELAEZ, C.M.: "A moderna História econômica", Rio de Janeiro, APEC, 1976;
- (3) MENEZES, D.: "O Outro Nordeste. Formação Social do Nordeste", Rio de Janeiro, L. Jose Olympio Ed., 1937;
- (4) PRADO JR, C.: Op. cit., p. 280 e 265;
- (5) STEIN, S.: Op. cit., p. 57 e 109;
- (6) CARONE, E.: Op. cit., p. 73;
- (7) CANO, W.: Op. cit., p. 94;
- (8) SINGER, P.: "Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana", São Paulo, Cia. Ed. Nacional;
- (9) Ibidem, p. 314;

NOTAS

(cont.)

- (10) OLIVEIRA, F. de e REICHSTUL, P.: "Mudanças na Divisão Inter-Regional do Trabalho", in: Estudos CEBRAPE nº 4, ab. maio e jun. 1973;
- (11) Ibidem, p. 148;
- (12) Ibidem, p. 150;
- (13) Ibidem, p. 148.

